Audição Regimental de 14 de fevereiro de 2023

Intervenção do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus

Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus,

Senhoras e senhores Deputados,

Dirijo-me hoje a vós para fazer um balanço dos desenvolvimentos na área dos assuntos europeus desde a nossa última audição regimental – e por ser matéria que abordaremos no segundo ponto da nossa ordem de trabalhos, não falarei agora sobre os temas que foram objeto de deliberação no último Conselho Europeu.

Há precisamente um ano, a 14 de fevereiro de 2022, a Rússia apelidava de «histeria» os avisos sobre a possibilidade de uma invasão iminente do território ucraniano, enquanto um pedido de reunião por parte das autoridades ucranianas no âmbito da OSCE era recusado por Moscovo. Apenas dez dias depois, todos testemunhámos a flagrante violação do Direito Internacional que foi a invasão da Ucrânia pela Federação Russa, e as atrocidades

que se seguiram. Esta realidade deu origem ao ano absolutamente excecional que a Europa atravessou, que os europeus atravessaram. Que todos sentimos no nosso dia-a-dia e que obrigou a União Europeia a reagir.

Isso tem sido particularmente visível, por exemplo, no domínio da energia.

A necessidade de encontrar alternativas ao fornecimento de matérias-primas energéticas provenientes da Rússia conduziu, antes de mais, ao acelerar da consciência comum de que precisamos de encontrar alternativas aos próprios combustíveis fósseis. O que passa por acelerar a transição energética e aumentar a ambição quanto à redução das emissões de gases com efeito de estufa.

Isto é, o caminho passa por prosseguir com ainda mais afinco, determinação e rapidez a agenda estrutural de combate às alterações climáticas. Saúdo assim a aprovação hoje, pelo Parlamento Europeu, do acordo com o Conselho que permitirá começarmos a implementar o RePowerEU, peça-basilar da estratégia de diversificação energética e de vitaminação dos

esforços de transição climática, com mais renováveis e uma aposta forte no hidrogénio.

Como é sabido, Portugal tem assumido uma posição muito ativa no que diz respeito à resposta da União Europeia no plano da energia.

Recentemente, essa intenção foi expressa nesta casa quando o senhor Ministro do Ambiente e Ação Climática anunciou a vontade de Portugal de renovar o período de vigência do Mecanismo Ibérico, em conjugação com as autoridades espanholas – algo que já foi articulado com a Comissão Europeia. Para que este mecanismo possa continuar a cumprir o seu papel no controlo dos preços da eletricidade e a ajudar as famílias e empresas a ultrapassar este período difícil.

No entanto, a nossa intervenção não fica por aí.

Como é notório, muitas das medidas europeias adotadas no domínio da energia ao longo dos últimos meses tiveram como base jurídica o artigo 122.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, revestindo-se, portanto, de carácter extraordinário e temporário. O verdadeiro *game-changer* será a proposta que a Comissão apresentará em breve, de reforma estrutural do mercado de eletricidade, procedendo – espera-se –

ao *decoupling* (ou desligamento) entre os preços do gás e da eletricidade.

Portugal divulgou ontem a sua posição sobre esta matéria, no âmbito de uma consulta pública promovida pela Comissão Europeia. Defendemos um redesenho do mercado que nos permita reduzir os preços da eletricidade para as famílias e empresas, acelerar o processo de descarbonização, e reforçar a resiliência do sistema energético e a segurança de abastecimento.

Esta visão está assente em três eixos.

O primeiro relaciona-se com a necessidade de aumentar os contratos de longo prazo, trazendo estabilidade e previsibilidade e promovendo uma aposta no mercado regulado à escala europeia, à semelhança do que temos feito em Portugal.

O segundo inspira-se no Mecanismo Ibérico. A definição de uma cláusula de escape, que coloque um teto nos preços de mercado, permitirá responder a situações de exceção. Sublinho que, desde a sua instauração, o Mecanismo Ibérico permitiu já aos portugueses uma poupança média diária de 20% face ao preço da eletricidade sem mecanismo, uma poupança agregada de cerca de 489 milhões de euros a famílias e empresas.

O terceiro eixo é o da resiliência do sistema elétrico, parte integrante desta reestruturação. Temos de assegurar, desde logo, uma combinação diversificada de fontes de produção. Urge, também, reforçar as interligações entre países, tanto de gases renováveis como de eletricidade. O acordo alcançado entre Portugal, Espanha e França para a construção de um corredor de energia verde dedicado ao hidrogénio constitui uma solução de longo prazo estratégica, para o nosso país e para a Europa, como aliás bem demonstra o interesse e compromisso da Alemanha com o projeto.

Estas propostas são, na perspetiva portuguesa, fulcrais para tornar a Europa mais autónoma, menos dependente e, portanto, menos vulnerável ao exterior. Mas esta aposta estratégica de maior autonomia da Europa não deve conduzir a um fechamento ou a uma lógica de autossuficiência. Pelo contrário, deve também implicar uma diversificação das nossas relações comerciais com o resto do mundo.

Neste âmbito, onde temos sistematicamente defendido a conclusão e ratificação de acordos de comércio livre entre a União Europeia e outros países ou regiões do globo, muito em particular o acordo com o Mercosul, revemo-nos na estratégia recentemente adotada pela Comissão Europeia de, até à

conclusão do processo de ratificações, fazer aplicar, a título provisório, a dimensão estrita de comércio, que é uma competência exclusiva da União. E julgamos que, relativamente ao Mercosul, há que aproveitar a janela de oportunidade aberta pela eleição do Presidente Lula da Silva e, nas suas palavras, o regresso do Brasil à cena internacional, aliada à disponibilidade que este já demonstrou para dar novos passos em temas como a desflorestação e o combate às alterações climáticas.

Nesta matéria, não poderia vir a esta Comissão sem fazer uma breve referência a um pacote que tem para Portugal uma importância capital: o "Fit for 55". Desde sempre que olhamos com grande responsabilidade para este exigente pacote legislativo, que visa começar a concretizar o desígnio de neutralidade carbónica da União até meados do século, assim honrando os trabalhos da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, onde Portugal tudo fez para que a Lei Europeia do Clima chegasse a bom porto.

Sem ser profundamente extensivo na abordagem, entendo ser necessário salientar alguns ganhos evidentes para Portugal, num momento em que os trabalhos negociais se encontram numa fase muito adiantada de conclusão.

Por exemplo, na revisão do Sistema de Comércio de Licenças de Emissão da União Europeia, Portugal conseguiu garantir a introdução de derrogações até 2030, ao nível do transporte, quer aéreo, quer marítimo, entre o Continente e as Regiões Autónomas, que permitirão uma adaptação mais gradual às exigências ambientais que todos reconhecemos serem necessárias. Este esforço negocial obrigou-nos a um duplo desafio: o do reconhecimento da salvaguarda das especificidades e necessidades particulares destas regiões, decorrentes da sua condição ultraperiférica, e, ao mesmo tempo, o compromisso com os objetivos climáticos e ambientais da União Europeia.

Senhoras e senhores Deputados,

Face aos desafios atuais, é imperativo que continuemos a incentivar o diálogo social para promover o crescimento económico de forma sustentável e em benefício de todos.

Nesta dimensão, gostaria de aludir a um tema que marcará este ano de forma relevante: o Fórum Social do Porto.

No período decorrido desde a minha última presença nesta Comissão, foram dados passos para que, em maio, tal como anunciado, o Fórum Social do Porto seja uma realidade.

Além de diversas reuniões que tive com homólogos, membros da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu para recolha de contributos, fizemos seguir para as capitais e instituições europeias uma nota informativa para que seja desde já salvaguardada a data nas respetivas agendas. Do ponto de vista temático, posso anunciar que o programa do Fórum Social do Porto contemplará, pelo menos, um momento dedicado ao Ano Europeu das Competências, que se assinala em 2023, bem como outros temas naturalmente inerentes ao Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

Desde a nossa Presidência, muito caminho tem sido percorrido em direção a uma Europa mais social e solidária, que não deixe ninguém para trás – o que se reveste de particular acuidade, sobretudo nos tempos de crise que vivemos.

Mas os tempos atuais, e as sucessivas crises que temos vindo a enfrentar, tornam igualmente claro que as regras de governação económica da União Europeia, e em particular da Zona Euro, já não se adequam à realidade com que lidamos, nem são as mais apropriadas para superar os desafios que temos pela frente.

A Comissão Europeia lançou já o tiro de partida para esta reforma, com a apresentação de uma comunicação, debatida na reunião de hoje do ECOFIN, e que, em geral, vai num bom sentido: propõe

uma maior flexibilidade no ritmo de redução da dívida pública, acabando com o espartilho da regra de 1/20 ao ano; substitui o referencial algo discricionário do "défice estrutural" pelo conceito mais operativo de "despesa primária líquida", que para além do mais tem a vantagem de, num cenário de crise, permitir funcionar os estabilizadores automáticos; e, acima de tudo, prevê a adoção de planos de ajustamento mais adequados à realidade de cada Estado-Membro e com maior – embora ainda insuficiente – intervenção das respetivas autoridades nacionais. Isto é, planos mais customizados e com maior apropriação por parte de cada Estado-Membro.

Tudo isto é globalmente positivo, mas fica aquém do desejável. Se, no plano das regras, a evolução prevista é de saudar, continuam, porém, a faltar novos instrumentos que, com carácter estrutural e permanente, ajudem a estabilizar a economia e a suportar o investimento.

Temos vindo a bater-nos pela criação de um mecanismo permanente de estabilização económica, com efeitos contra-cíclicos, que permita responder a futuras crises. Porque, como infelizmente temos vindo a constatar, as crises vão-se sucedendo – e são já várias aquelas que nos assolaram só na última década e meia.

Devemos, pois, aprender com as lições dessas crises. Com aquilo que correu mal na resposta europeia à crise financeira de 2008, evitando repetir os mesmos erros. E com aquilo que manifestamente correu bem na resposta europeia à crise económica provocada pela pandemia, com a adoção de vários instrumentos excecionais que provaram ser bem-sucedidos, como o REACT-EU, o SURE ou, em última análise, o NextGenerationEU.

Igualmente interessante de acompanhar, neste capítulo, será o debate em torno do segundo cabaz de novos recursos próprios da União, que a Comissão Europeia irá apresentar este ano e que se reveste de enorme importância, quer para amortizar o fundo de recuperação e resiliência, e assim aliviar a pressão sobre o próximo Quadro Financeiro Plurianual, quer para quebrar o bloqueio ou impasse entre quem se bate por mais recursos para a União Europeia desempenhar as suas crescentes missões e aqueles que recusam terminantemente aumentar as contribuições financeiras nacionais.

Estas reformas no domínio financeiro e económico são para nós fundamentais para preparar a União para os desafios que enfrentamos, assim como para responder às exigências dos cidadãos europeus. Mas inserem-se também no conjunto de

mudanças estruturais e institucionais necessárias para uma União mais alargada.

Portugal sempre foi um defensor histórico da importância do alargamento da União, com vista a expandir e potenciar as vantagens do processo de integração europeia. Mas a concretização de qualquer novo alargamento deve ser precedida de uma ampla reflexão sobre as implicações institucionais e financeiras dessa alteração dimensional.

Com a atual arquitetura institucional, não parece ser possível passar de 27 para 36 Estados-Membros. Como também não é possível com a atual arquitetura orçamental. E, portanto, se nós queremos efetivamente não voltar a cometer os erros do passado, também aqui temos de aprender com as más lições de outrora e fazer o que deve ser feito, e bem feito, para que esta expectativa criada aos países candidatos seja efetivamente uma expectativa séria e consequente, não um convite para a frustração futura. Temos, pois, de nos preparar e reformar para que, então, possamos responsavelmente alargar.

Senhoras e senhores Deputados,

Destaquei estas medidas, propostas e evoluções de posições face à última audição regimental, mas muitas outras poderiam ser mencionadas.

Permitam-me, apenas, referir ainda a aprovação e lançamento, no final do ano passado, da nova Estratégia Nacional para as Carreiras Europeias. Desde o início das minhas funções, assumi a correção da subrepresentação de Portugal na administração pública europeia como uma das prioridades do meu mandato. Uma presença equilibrada e representativa de funcionários de nacionalidade portuguesa nas instituições europeias é fundamental para conseguirmos aumentar a nossa capacidade de influência no processo de tomada de decisão ao nível europeu. Da mesma maneira que, nos dias de hoje, Portugal não se faz sem a União Europeia, também a União Europeia não se pode ir fazendo sem o contributo de Portugal.

Por estas razões, o Governo desenhou uma Estratégia que pretende não só corrigir o défice de portugueses a trabalhar nas instituições europeias, que atualmente se verifica, como garantir essa representação, de forma sustentada, no longo prazo.

Tal passa, antes de mais, por incentivar e reforçar a divulgação das oportunidades de emprego na União Europeia, para que tenhamos cada vez mais candidatos portugueses a apresentarem-se aos concursos de acesso à função pública europeia. Mas não basta haver mais candidatos, é necessário ajudá-los a prepararem-se para estes concursos e para o tipo de provas que aí são realizadas, disponibilizando-lhes formação especializada no conjunto de competências que são objeto de avaliação, a fim de aumentar as suas hipóteses de sucesso.

Importa, ainda, apoiar os funcionários portugueses ao longo do seu percurso profissional nas instituições europeias, designadamente no aproveitamento das oportunidades de promoção. Para o efeito, será assegurado um acompanhamento próximo e personalizado, estimulando-se também dinâmicas de entreajuda através de redes de contactos ativas e inclusivas.

Simultaneamente, a Estratégia prevê um mecanismo inovador que visa facilitar e aumentar o destacamento de funcionários públicos portugueses junto das instituições europeias.

Por fim, comprometemo-nos a comparticipar um número cada vez maior de estudantes que pretendam especializar-se em assuntos europeus, designadamente através do novo programa de bolsas Mário Soares para a frequência do Colégio da Europa.

Para financiar este conjunto de medidas, o Orçamento de Estado para 2023 consagra já uma dotação específica superior a 1 milhão de euros.

E assim, com base nestes vários instrumentos, começaremos a colocar no terreno uma solução estruturada que irá paulatinamente reforçar a posição de Portugal no seio das instituições europeias, contribuindo decisivamente para termos mais UE em Portugal e mais Portugal – e portugueses – na UE.

Senhoras e senhores Deputados,

A guerra na Ucrânia, e todas as suas graves implicações energéticas e económicas, continuarão naturalmente a condicionar a agenda europeia. Mas importa também assinalar que, por mais que a guerra concentre as nossas atenções e obnubile praticamente tudo o resto, há outras forças em movimento, outros fenómenos a desenvolver-se e outros temas em marcha, que não devemos deixar na sombra.

2023 é o último ano completo antes do termo da legislatura europeia. Espera-se, por isso, que seja bastante produtivo e consequente no plano legislativo, com uma pressão para fechar

dossiês que já se faz sentir, de modo a cumprir o programa legislativo bastante ambicioso da atual Comissão Europeia.

Este é, pois, um ano decisivo para fazer vingar, no plano negocial, as nossas posições e para tentar obter ganhos de causa nos diplomas mais importantes a serem aprovados. E daqui extraio uma consequência natural, partilhada com as senhoras e senhores Deputados nas competências que os tratados concedem aos parlamentos nacionais: a necessidade de estarmos todos muito atentos e vigilantes quanto ao desenrolar dos procedimentos legislativos em que se jogam interesses estratégicos para o nosso país.

Neste âmbito, estou ao dispor para as vossas questões.

Muito obrigado.